

MARECHAL RONDON: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA

Nileide Souza Dourado

Renilson Rosa Ribeiro



Escola do Posto de Protecção aos índios Parecis
Estação de Utilidade da linha telegraphica de Matto-Grosso ao Amazonas

MARECHAL RONDON: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA

MARSHAL RONDON: NARRATIVES, MEMORIES AND HISTORY OF EDUCATION

Nileide Souza Dourado

Doutora em Educação, Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR e professora do PROFHISTÓRIA / IGHD/UFMT- Mestrado Profissional em Ensino de História. nileide@terra.com.br

Renilson Rosa Ribeiro

Doutor em História, Professor Associado I do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História/PPGHIS e PROFHISTÓRIA/IGHD/UFMT, Pós-doutorando em Educação pela FEUSP. rrenilson@yahoo.com

RESUMO: Este estudo procura abordar a presença do *Marechal Candido Rondon*, personagem como símbolo da integração nacional, “pai das comunicações” – representando o Brasil moderno que se desejava instituir e ensinar nos bancos escolares. Busca também a pesquisa compreender como se dá a fabricação, primeiramente, do herói da narrativa histórica, para em seguida pensar a sua própria condição de agente – em suas diferentes facetas e elaborações. E, por último, demonstrar os lugares de memória, a história escrita e ensinada sobre o *Marechal Rondon*.

Palavras-chave: Marechal Rondon. Narrativas. Memórias. Ensino de História. Mato Grosso.

ABSTRACT: This study seeks to address the presence of Marechal Candido Rondon, character as a symbol of national integration, “father of communications” - representing the modern Brazil who wanted to introduce and teach in school enrollment. It also seeks to research to understand how is the manufacturing, first, the hero of the historical narrative, to then think about your own agent status - in its different facets and elaborations. And, finally, demonstrate the places of memory, the story written and taught about the Marechal Rondon.

Keywords: Marechal Rondon. Narratives. Memoirs. History teaching. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Este estudo procura abordar a presença do *Marechal Candido Rondon*, personagem como símbolo da integração nacional, “pai das comunicações” – representando o Brasil moderno que se desejava instituir e ensinar nos bancos escolares. Busca também a presente pesquisa compreender como se dá a fabricação, primeiramente, do herói da narrativa histórica, para em seguida pensar a sua própria condição de agente – em suas diferentes facetas e elaborações. E, por último, demonstrar os lugares de memória, a história escrita e ensinada sobre o *Marechal Rondon*.

Nessa perspectiva, a reflexão acerca da construção histórica dos heróis e símbolos nacionais, em pesquisas como a realizada por Thais Nívia de Lima e Fonseca, no livro *História & Ensino de História* (2003), tem apontado para a necessidade de se pensar os sujeitos na História não centrada apenas em personagens que realizaram feitos individuais ou tidos como heroicos, como autoridades ou figuras políticas. As tramas da história não podem ser entendidas como sendo dependente do destino de poucos, de façanhas individuais ou vontades individuais de lideranças, em que pouco se destaca a dimensão coletiva das lutas por mudanças ou da resistência exercida por grupos em defesa de seus direitos.

Nessa mesma linha, os sujeitos históricos como sugere os próprios *Parâmetros Curriculares Nacionais*, seriam vistos como todos aqueles que, em determinados contextos históricos, mostraram suas especificidades, sendo líderes de lutas para transformações ou permanências na sua realidade, atuando em grupo ou de forma isolada. Eles seriam trabalhadores, mulheres, escravos, camponeses, religiosos, políticos entre outros. Nestas narrativas sai à névoa da mística e da celebração dos heróis nacionais e entra em cena o exercício reflexivo e crítico sobre a ação social de indivíduos, grupos ou classes sociais, por vezes, à margem das páginas dos livros didáticos de História.

Considerando as questões tratadas sobre a construção da figura do herói nacional no discurso histórico didático, a seguir, aborda-se de forma mais detida como tal estratégia de “invenção discursiva” que pode ser percebida na construção do mito *Marechal Rondon*, na sua interface entre o nacional e regional no ensino da história. Em outras palavras, a ideia é compreender como se dá a fabricação, primeiramente, do herói da narrativa histórica, para em seguida pensar a sua própria condição de agente – em suas diferentes facetas e elaborações.

1. ENTRE A MITOLOGIA E A HISTÓRIA (ENSINADA): OS PERSONAGENS E AS NARRATIVAS (INVENTADAS) EM NOME DA NAÇÃO

O universo infanto-juvenil é povoado de heróis e figuras míticas. Os (super) heróis estão presentes nos livros, gibis e filmes. Não é muito difícil encontrar entre este público referências aos seus heróis favoritos. Há aqueles que marcaram gerações como *Batman e Robin*, *Superman*, *Homem-Aranha* e *Chapolin Colorado*. Há também os personagens do esporte e da música que se transformaram em ídolos por seus feitos, criando uma legião de fãs entre as crianças e adolescentes, como é o caso, por exemplo, do piloto Ayrton Senna, tri-campeão de *Fórmula 1*, do cantor Renato Russo, líder da banda de rock *Legião Urbana*, e do jogador de futebol Neymar Jr.

O herói, em suas múltiplas versões, revela-se ao mundo por intermédio de feitos fantásticos, realizando atos de coragem, salvando vidas ou até mesmo oferecendo a sua própria por uma causa maior. E por seu gesto de nobreza torna-se um exemplo a ser seguido. Quem na infância nunca teve vontade de ser um bombeiro ou fazer parte dos *Super-Amigos*?

As aulas de História não fogem a esta regra e também trazem nas suas narrativas a presença de heróis, lideranças que se destacaram em determinadas situações ou eventos. As lições de História do Brasil por muito tempo se notabilizaram pelo relato de datas e feitos de grandes personagens, geralmente homens de Estado ou políticos, responsáveis pela edificação e defesa da nação em diferentes contextos.

No livro *Por que estudar a história?* (2007), voltado para alunos do ensino médio, o historiador Caio César Boschi afirma que esta concepção de história esteve em voga no século XIX, consagrada pelo escritor escocês Thomas Carlyle (1795-1881), no seu livro *Os heróis: o culto dos heróis e o heróico na História*. Escrita em 1841, a sua obra defendia que a história da humanidade seria fruto dos grandes homens. Eles seriam os símbolos de todas as lutas e conquistas. Em muitas destas narrativas a exagerada glorificação destes agentes históricos era envolvida pelo discurso ficcional e místico-religioso.

Em junho de 2008, a *Revista de História da Biblioteca Nacional* lançou uma enquête para saber quais seriam os heróis e vilões da história do Brasil. Tal consulta feita por meio de questionário teve a participação de mais de 200 pessoas, envolvendo historiadores, professores, jornalistas, economistas, políticos e artistas, que tiveram a opção de escolher até cinco pessoas para o bem e outras cinco para o mal.

Apesar da polemica e dos debates gerados acerca do assunto, notou-se nas escolhas o peso da dimensão de exemplo e singularidades dos eleitos, granjeando para si sentimentos, lutas, projetos de nação e cidadania. Machado de Assis, D. Pedro II e Getúlio Vargas foram os mais votados no hall dos queridos. Um dos mais odiados foi justamente o chefe de polícia do próprio Vargas durante o Estado Novo, Filinto Muller, ao lado do presidente Emílio Garrastazu Médici, representante da fase mais dura do regime militar pós-1964. Marechal Rondon, objeto desse artigo, ficou na lista dos “bonzinhos”. De acordo com a reportagem especial,

De modo geral, parece que o Brasil tem mais heróis do que vilões. Nas artes (principalmente), na ciência, na política e até no esporte, os participantes se lembraram de nada menos que 56 nomes valerosos. De Antonio Conselheiro ao marechal Rondon, de Ayrton Senna ao barão de Mauá, de Chiquinha Gonzaga a Betinho, o orgulho brasileiro se manifesta em múltiplos tons. Menções honrosas para Oswaldo Cruz, Sérgio Buarque de Holanda, Patrícia Galvão (Pagu), Paulo Freire, Rui Barbosa, José Bonifácio, Mário de Andrade e Luís Carlos Prestes. (*REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL*, 2008).

O culto aos heróis nacionais, em diferentes contextos e com interesses e fins diversos, esteve associado ao processo de recuperação de um passado comum glorioso. Um dos princípios básicos deste pensamento era o da ação individual em nome do coletivo, o do sacrifício em prol da nação. Quem nunca teve de fazer as famigeradas pesquisas ou responder questionários nos livros didáticos sobre as biografias de personagens como Pedro Álvares Cabral, José de Anchieta, Tiradentes ou D. Pedro I?

A eleição dos heróis do panteão nacional envolve uma série de questões políticas e jogos de interesse dos grupos dominantes no poder. Esta escolha não é neutra. Definir aqueles que traduziriam os sentimentos nacionais ou dos grupos remete a reflexão sobre as polêmicas em torno das disputas de identidade. A indicação de um herói como símbolo nacional significa a composição do retrato e dos valores que se desejam instituir para a população (cf. ENDERS, 2014).

Em síntese, procura construir modelos a serem seguidos e exaltados. A constituição de um calendário de festas e comemorações, bem como o culto aos heróis do passado, geralmente tidos como os construtores ou fundadores da nação ou de um movimento revolucionário, faz parte do processo de legitimação de um regime político

ou das lutas e reivindicação de grupos minoritários, por exemplo. Fazia parte da agenda das lideranças da Revolução Francesa a criação de símbolos nacionais capazes de garantir a unidade social em oposição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Segundo Lucia Lippi Oliveira (1989, p. 181), no artigo “As festas que a República manda guardar”, “bandeiras, hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas para a deusa da razão e heróis objetivavam garantir a obediência, a lealdade e a cooperação dos súditos, ainda mais quando estes se tinham tornado cidadãos”.

Os líderes da República brasileira, instituída em 1889, à semelhança dos revolucionários franceses, também procuraram forjar o seu panteão nacional e seu calendário de festividades. Ao longo de aproximadamente cem anos de regime republicano, o próprio parlamento se ocupou por diversas vezes com a questão da construção de “um panteão para o culto cívico aos grandes homens da Pátria brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 1). José Ricardo Oriá Fernandes catalogou, a partir dos registros parlamentares, exemplos dessa demanda em forjar o altar da pátria, passando por propostas de homenagens e reconhecimentos para personagens como Benjamin Constant e Marechal Deodoro, representantes do projeto republicano, até figuras como de outros períodos históricos Tiradentes, José Bonifácio, D. Pedro I, Duque de Caxias e Getúlio Vargas. Esse panteão nacional era traduzido em prédios, monumentos, pinturas e nomes de espaços públicos:

Num esforço de promover a “pedagogia da nação”, construíram-se vários monumentos históricos que evocavam personagens e fatos históricos marcantes, dignos de registro à posteridade. No Brasil, em especial, seguindo a tradição francesa da “estatuomania”, foram edificadas inúmeros monumentos a partir do ano de 1862, com a inauguração da estátua equestre do imperador D. Pedro I, na Praça Tiradentes. A estes se seguiram outros, principalmente durante o período republicano, cujo lócus privilegiado foi a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país.

No Brasil, temos alguns panteões mais conhecidos, construídos no decorrer da história, como o Panteão dos Andrada, em Santos-SP, o Panteão de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro-RJ, o Panteão dos Inconfidentes, também conhecido como Museu da Inconfidência, em Ouro Preto-MG, o Panteão da Independência, em São Paulo, além do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília-DF. (FERNANDES, 2015, p. 5).

Neste sentido, à guisa de ilustração, temos a emergência da figura do alferes Tiradentes, tomado como símbolo da Inconfidência Mineira, como herói nacional. A Inconfidência Mineira seria representada como a semente colonial do desejo de formar uma República no Brasil. A construção da imagem do Tiradentes como símbolo da República brasileira foi brilhantemente analisada pelo professor José Murilo de Carvalho, no *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil* (1990), publicado no contexto das comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República no Brasil.

2. O PANTEÃO DOS HERÓIS NACIONAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL¹⁷

Nas primeiras décadas da era republicana a produção historiográfica ainda estava estreitamente vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) onde, desde a sua fundação, desenvolvia-se o projeto de escrita de uma história nacional. A princípio, os estudos produzidos na esfera do Instituto eram profundamente marcados pela exaltação da monarquia e da colonização portuguesa no Brasil, vista como a responsável pela construção das bases da nação. E a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e os livros didáticos de Joaquim Manuel de Macedo eram exemplares nesta linha de interpretação histórica e política (cf. RIBEIRO, 2015; MENDES, 2016).

Com o alvorecer da República, as preocupações dirigiram-se para a valorização do novo regime, o prestígio e o elogio da colonização portuguesa sofreram alguns reveses, mas as diretrizes metodológicas básicas do IHGB se preservaram até, pelo menos, o começo dos anos 1930 do século passado. Enfim, continuou-se a confeccionar uma narrativa histórica centrada nos fatos políticos, nos feitos dos grandes homens, nos episódios gigantescos da era dos descobrimentos, da colonização e da ocupação do território brasileiro e, especialmente, na valorização da ideia de unidade nacional (FONSECA, In: SIMAN; FONSECA, 2001, p. 93).

Nesse momento, a produção dos livros didáticos de História também esteve fortemente atrelada ao IHGB, uma vez que muitos historiadores a ele vinculados escreviam os livros mais conhecidos e adotados nos ensinos primário e secundário. Estes vínculos garanti-

¹⁷ Uma versão prévia dessas discussões acerca da narrativa da nação e da mitologia dos heróis pode ser consultada em: Ribeiro, 2007; 2008.

ram a permanência das formas de interpretação então predominantes da História do Brasil, que passavam do Instituto às salas de aula das escolas por intermédio da mediação dos livros escolares, reforçando-as e difundindo-as.

Ao analisar algumas produções didáticas de História do Brasil desde o começo do século passado, identificamos o elenco dos heróis do panteão nacional, agentes da construção da nação. Eles seriam os grandes protagonistas dos principais eventos formadores de nossa história, persistindo mesmo diante de sucessivas reformas curriculares.

Professor do Colégio Pedro II e membro do IHGB, autor de trabalhos sobre folclore, história, crítica literária, filologia e gramática da língua portuguesa, João Ribeiro (1860-1934) tornou-se respeitado entre os seus contemporâneos e gerações posteriores como filólogo e historiador. Segundo Patrícia S. Hansen (MATTOS, 1998, p. 45),

Seu livro História do Brasil expressa de maneira bastante eloquente de que modo algumas das experiências vividas por sua geração implicavam em uma revisão da história do Brasil, fundamentada sobre pressupostos que estavam se tornando hegemônicos na produção historiográfica, para que o ensino da disciplina cumprisse seu papel em um momento considerado decisivo para o destino do país.

A sua *História do Brasil (Curso Superior)*, lançada em 1900, inovou na organização dos conteúdos, ao apresentar, além da história nacional, novas unidades temáticas, como as que denominou de histórica comum e de história local. Nesse modelo de história, inspirado em Karl P. von Martius, o autor procurou demonstrar que o Brasil derivou do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros, todos personagens principais da sua obra didática.

Embora crítico da obra colonial, dedicou grande parte do livro didático para os seus temas como, por exemplo, *descobrimento, colonização, administração, invasões, ocupação, revoltas* entre outros. E nessas tramas e narrativas figuras como os jesuítas, bandeirantes, inconfidentes e abolicionistas receberam especial destaque como heróis da História do Brasil.

Seu livro didático teve várias reedições, chegando a ser adotado ainda em 1964 em escolas públicas de São Paulo e do Rio de Janeiro (cf. MELO, 1997). Além do próprio João Ribeiro, faziam parte desse grupo Rocha Pombo, Jonathas Serrano, João Ribeiro e Oliveira Lima (cf. BITTENCOURT, 1990).

Rocha Pombo (1857-1933), professor da Escola Normal, no seu famoso livro didático *História do Brasil (Curso superior)*, nos anos 1920, em perspectiva cronológica – da colônia à era republicana, destacou a figura dos bandeirantes paulistas, representados por Raposo Tavares, Domingos Jorge Velho e Anhanguera, como responsáveis pelo desenhado das fronteiras do Brasil. Suas aventuras pelo interior da Colônia foram exaltadas por uma narrativa épica e romanceada.

Além dos bandeirantes, o autor dedicou páginas memoráveis à figura do Tiradentes, o herói eleito pelo discurso republicano. No cenário da Inconfidência Mineira, o alferes foi elevado à condição de líder da revolta e de herói martirizado pelo ideal da futura pátria. Era, segundo Rocha Pombo, um das personagens principais da nossa história, símbolo da resistência à tirania da metrópole e vítima das mazelas da colonização portuguesa (cf. MICELI, 1988; CARVALHO, 1990; FONSECA, 2001; GAMA, 2016).

Outra personagem de destaque presente no seu texto foi o príncipe D. Pedro, tido como o mentor da independência brasileira. Para Rocha Pombo, o príncipe regente seria o protagonista dos eventos que culminaram no “sete de setembro”, assumindo ao lado de Tiradentes, elevado posto no panteão da pátria.

Contudo, foi a partir de 1930 que, com a centralização da política educacional, tornaram-se mais explícitas as orientações nacionalistas, tanto para os programas curriculares quanto para os livros didáticos de história do Brasil.

Duas reformas educacionais sucessivas durante a era Vargas (a Francisco Campos, em 1931, e a Gustavo Capanema, em 1942) estabeleceram com maior precisão as diretrizes do ensino de História do Brasil, por meio da implantação dos programas elaborados pelo recém-criado Ministério da Educação. A primeira reforma preocupava-se com a educação política do adolescente e a segunda ampliava essa educação para a formação de uma consciência patriótica (REZNIK, 1992; FONSECA, In: SIMAN e FONSECA, 2001).

Era dentro desta perspectiva nacionalista que os livros didáticos produzidos e utilizados nas escolas brasileiras nos anos 1930 e 1940 montavam sua estrutura e abordagem. Esta linha de pensamento impunha, no discurso didático, uma valorização da atuação dos brasileiros em seu passado histórico, principalmente a partir do momento em que se verificaria o nascimento do sentimento nacional (cf. RIBEIRO JÚNIOR, 2007).

Escrevendo nos anos 1940 sua *História do Brasil para a primeira série ginasial*, livro didático amplamente adotado até o período militar pós-

1964, Joaquim Silva (1880-1966), professor dos colégios Andrews e São Luiz na cidade de São Paulo, também ajudou na exaltação dos heróis nacionais (cf. PINTO JUNIOR, 2010). Embora crítico da colonização portuguesa, acusada de ser responsável pelo atraso do país, o autor não poupou elogios aos jesuítas.

Nas páginas do seu livro didático, figuras como José da Anchieta e Antonio Vieira eram celebradas como os responsáveis pela manutenção da unidade da Colônia por meio da evangelização. Eles salvavam os índios bárbaros por meio da catequese e os colonos pela vigilância da moral e dos bons costumes cristãos. Os perigos e privações, por exemplo, enfrentados pelos virtuosos jesuítas no sertão em busca do indígena para trazê-lo à fé cristã tomava conta do relato épico apresentado por Joaquim Silva.

Assim como Rocha Pombo, o autor não economizou elogios ao herói Tiradentes, praticamente travestido de Jesus Cristo nas páginas de seu livro didático. A sua narrativa do martírio do alferes aproximava-se, pelo teor dramático, do vivido por Cristo. Joaquim Silva colocou Tiradentes no posto mais elevado entre os heróis da nação em virtude deste ter morrido em nome dos ideais da liberdade sem trair seus pares e enfrentar seu fim com resignação e coragem. Para ele, o sangue do mártir sacrificado vicejaria a árvore da liberdade no solo brasileiro. Ele teria lançado as sementes da independência do Brasil, alimentando ainda mais no espírito dos colonos os sentimentos de nacionalidade, de amor à terra.

Os livros didáticos deste autor ultrapassaram épocas, sendo amplamente utilizados durante o regime militar, instaurado no Brasil pós-1964. Alguns de seus livros chegaram a atingir a marca de 100 edições durante os anos 1960.

A propaganda nacionalista, em especial no período do Estado Novo (1937-1945), espraiou-se por meio de diversos mecanismos, e o ensino de História, mediado pelos livros didáticos, foi um dos mais poderosos. Tanto que deixou raízes profundas no sistema educacional brasileiro, não tendo sido alterado substancialmente até os anos 1980 do século passado (cf. ABUD, In: BITTENCOURT, 1998; REZNIK, 1992).

Desde 1945 até o seu falecimento, o professor Antonio José Borges Hermida (1917-1989) dedicou a sua vida à produção de livros didáticos de História para o primeiro e segundo graus. De acordo com Juliana Ricarte Ferraro, Borges Hermida

[...] teve suas obras editadas pela Companhia Editora Nacional durante trinta anos, entre 1959 e 1989, com títulos variados de História do Brasil e História Geral, sendo constantes em sua periodicidade. Este é um tempo considerado longo para uma relação comercial entre autor e editora e se justifica pelo sucesso de seus livros. (FERRARO, 2013, p. 8).

O seu livro didático de História do Brasil seguiu na mesma linha nacionalista de interpretação histórica de Joaquim Silva. Nele, o autor deu especial relevo para os eventos dos descobrimentos portugueses do século XV; a mistura das raças (índios, portugueses e negros); os jesuítas representados como os “amigos dos índios”; a epopeia dos bandeirantes adentrando o interior do país; os ciclos econômicos (pau-brasil, cana-de-açúcar e ouro); as invasões holandesas; a Inconfidência Mineira e a exaltação da figura do mártir Tiradentes.

Merece destaque no panteão de heróis nacionais do volume de sua História do Brasil a presença de *Marechal Candido Rondon*, personagem abordado neste artigo, como símbolo da integração nacional, “pai das comunicações” – representando o Brasil moderno que se desejava instituir e ensinar nos bancos escolares.

Para atender ao aumento da demanda de alunos matriculados a partir das reformas educacionais da era Vargas, os livros didáticos passaram a valorizar cada vez mais o uso de ilustrações, mapas e atividades com documentos. Os textos foram elaborados, pouco a pouco, para o aluno e não somente para o professor, cuja formação já vinha sendo realizada na universidade desde os anos 1930. Os livros de Joaquim Silva e Borges Hermida são ilustrativos desta nova mentalidade que tomava conta das páginas dos livros didáticos no país.

As editoras de livros didáticos concentravam-se nesse momento em São Paulo e não mais apenas no Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, elas passaram a convidar professores universitários para escrever os novos livros didáticos. Os enfoques variavam entre o político e o econômico. Neste último exemplo, a narrativa histórica era dividida em ciclos, que iam do pau-brasil ao ciclo do café e à industrialização (cf. PINSKY, In: PINSKY, 1994).

Depois da reforma educacional de 1961, os conteúdos tornaram-se menos rígidos. Certa influência dos chamados “métodos ativos”, que combatiam o excesso de memorização de nomes e datas, criou algumas inovações, como a coleção organizada pelo historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), abarcando história do Brasil e história geral. Num trabalho com uma equipe de professores universitários, o autor desvinculou-se dos esquemas de memorização,

passando a destacar a história da cultura e a documentação iconográfica, principalmente sobre o Brasil. A coleção de Sérgio Buarque inovou ao trazer um conteúdo por série, de acordo com propostas oficiais, além de sugerir o uso didático de documentos de época, como trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha. Em termos de conteúdo, o livro didático de Sérgio Buarque continuou a seguir o roteiro trilhado pelos demais autores da tradição didática. O enredo traçado era o mesmo em relação ao Brasil colonial – descobrimento, administração, invasão holandesa, ciclos econômicos, revoltas coloniais e independência.

Durante a ditadura militar (1964-1985), com o crescimento do mercado editorial e a ampliação do número de alunos, sobretudo após a reforma educacional de 1971, ocorreu um aumento significativo da produção didática no Brasil. Novas formas de expressão veiculadas pelos modernos meios de comunicação, em especial a televisão, influenciaram de maneira emblemática na apresentação e linguagens dos livros, colocando em xeque os métodos tradicionais.

Também sofreu mudanças a relação entre o livro didático e o professor. Se antigamente o professor possuía maior autonomia em relação ao uso do livro, pois se pressupunha que a formação docente deveria habilitá-lo integralmente, na nova realidade educacional os professores, principalmente aqueles que tiveram sua formação nos cursos rápidos denominados de Licenciaturas Curtas, passaram a depender com frequência dos livros para preparar e ministrar suas aulas (cf. RIBEIRO, 2003, p. 17-34).

Numa tentativa de despertar o interesse dos jovens leitores, acostumados com o mundo das imagens e dos sons, os livros didáticos passaram a apresentar ilustrações em grande quantidade, jogos de memorização, além de adotarem cada vez mais os exercícios de múltipla escolha (BITTENCOURT, 2003, p. 52-54).

No contexto das transformações ocasionadas pela crise do regime militar, o ensino de História encontrou-se diante do dilema de permanecer a difundir a chamada “história oficial” ou de renovar seus objetivos e suas abordagens, seguindo a direção dos ventos que partiam do processo de redemocratização do país entre 1980 e 1989 (cf. NADAI, 1993, p. 143-62).

Diversas foram as propostas de mudanças programáticas e metodológicas, algumas delas ajudando, de maneira efetiva, no abalo das estruturas do tradicionalismo arraigado no ensino da disciplina (cf. FONSECA, 1993).

Na busca de uma atitude mais crítica, muitos autores construíram livros didáticos que não apenas tentavam abandonar a formatação convencional, como também faziam uso de linguagens até então pouco convencionais. Segundo Thais Nivia de Lima e Fonseca (SIMAN; FONSECA, 2001, p. 107), textos leves e impregnados do léxico coloquial e o uso de charges como ilustrações foram alguns dos recursos mais utilizados em muitos dos novos livros de História. Cartunistas conhecidos por seu trabalho na imprensa foram, não raro, ilustradores desses livros, dando um viés debochado às abordagens pretendidas. Nesse caso, o risco de banalização da história foi considerável, e alguns livros acabaram por transformar o processo histórico numa revista, às vezes, de gosto duvidoso.

Devemos ressaltar que diante das chuvas de críticas à produção didática desse período, inclusive do seu comprometimento ideológico, uma nova leva de autores e editores partiram à procura de saídas para manter certa qualidade. O aumento dos cursos de pós-graduação, na década de 1970, permitiu uma renovação significativa do conhecimento histórico, trazendo novos problemas, abordagens e objetos (cf. LAPA, 1981).

Os autores profissionalizaram-se cada vez mais, atraídos pelo desafio a frente e, também, pelos rendimentos decorrentes da venda maciça de livros. De acordo com Kazumi Munakata (FREITAS, 1998, p. 271-296), as lutas pelo retorno da disciplina História e Geografia, e o fim das disciplinas de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), promoveram mudanças importantes. Como muitos dos autores e alguns editores tiveram formação marxista e haviam participado das lutas pela democratização do país, cresceu a tendência a ensinar história a partir de conceitos como modo de produção e classes sociais. É neste cenário que entrara em cena as coleções *História & Vida*, do professor universitário e jornalista Nelson Piletti, em parceria com o seu irmão Claudino Piletti.

O livro didático *História & Vida*, dos irmãos Piletti, publicado nos anos 1980, influenciado pelo contexto da abertura e da democratização do país, defenderia a necessidade de se falar dos verdadeiros heróis nacionais: o povo. Índios e negros seriam as vítimas-heróis da nossa história por terem lutado contra o domínio do português. Jesuítas e bandeirantes, outrora elogiados, eram criticados por colaborarem com a dominação dos indígenas.

Inspirados nas proposições de autores de tradição marxista como o intelectual uruguaio Eduardo Galeano e o jornalista militante Léo

Huberman, os irmãos Piletti privilegiaram Zumbi como o rei palmarino, que imprimiu uma resistência quilombola contínua contra o poder colonial. Priorizaram a história de Palmares mediante os aspectos político e revolucionário. Zumbi, silenciado ou tratado de forma marginal pelos outros autores, seria nas páginas do seu livro didático um símbolo de uma história didática engajada e militante próximo de características populares. Narrar sua história seria denunciar o mito da “democracia racial” e a idéia da escravidão amena e benigna. A descrição da luta e morte de Zumbi aproximou-se muito, em alguns aspectos, da feita sobre Tiradentes nas páginas de *História & Vida* (cf. RIBEIRO, 2004; SILVA FILHO, 2005).

Os Piletti trouxeram um forte discurso de exaltação do martírio de Tiradentes, sacrificado pelas atrocidades do poder colonial. Houve a construção de um herói popular nacional traduzido na figura do pobre alferes. Era o símbolo da nova República, que procurava se identificar com heróis populares. Tiradentes era restaurado como o herói da abertura e da redemocratização, traduzindo a esperança de um povo. O aspecto popular de Tiradentes procurava se distanciar da imagem do militar instituída pelos livros didáticos produzidos pós-golpe de 1964.

O lado épico da figura de Tiradentes seria contraposto pela figura patética de D. João VI, retratado como um medroso e despreparado, e oportunista de D. Pedro, visto como herdeiro de uma Coroa responsável pela exploração do Brasil. Dentro da tradição republicana de crítica ao passado colonial, os Piletti reforçaram seu repúdio aos portugueses até na imagem do agente do grito da independência do Brasil.

Os livros didáticos dos irmãos Piletti, editados e amplamente usados nas escolas brasileiras entre 1980 e 2000, foram obras emblemáticas concebidas no bojo das propostas marcadas pela crítica à “história oficial” elitizada (cf. CORDEIRO, 1994).

Em produções didáticas mais recentes inspiradas nas novas propostas dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) e da historiografia contemporânea, identificamos a preocupação em trabalhar com os alunos a idéia de como os heróis e mitos são historicamente construídos. Os professores Andrea Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli Junior, na coleção didática *História Temática*, no volume “Diversidade Cultural e Conflitos”, procuraram mostrar as articulações entre a criação de mitos e a memória histórica, enfatizando os usos políticos e ideológicos no enaltecimento de heróis por povos e nações. Ao tratarem do caso de Tiradentes, por exemplo, os autores analisam sua imagem a partir do contexto da Inconfidência

Mineira, mas também como parte da invenção do panteão nacional republicano. Zumbi dos Palmares foi outra personagem a ganhar relevo na narrativa das resistências escravas ao cativo no período colonial. Os autores tiveram a preocupação de demonstrar como a sua história tem sido apropriada como símbolo da luta contra o racismo pelo movimento negro.

A valorização dos heróis nacionais, segundo os autores da coleção *História Temática*, no ensino de História é tão marcante que podemos perceber sua presença no nosso cotidiano nomeando ruas, praças, bairros e monumentos. Sua presença é tão marcante que parece que seria impossível narrar a história do Brasil sem eles. O Brasil não existiria sem seus heróis.

Essa perspectiva de compreensão da história e dos seus atores, adotada pela coleção *História Temática*, contrapõe-se àquela imagem tradicional “martelada” em corações e mentes infante-juvenis nos bancos escolares pelas narrativas e imagens presentes nos livros didáticos:

Houve um tempo em que a História era doutrinação e se destinava, antes de tudo, a formar e manter os valores da nacionalidade, e a disciplina acabava se transformando no espaço cultural mais adequado à reprodução desses sentimentos. Na escola, a pátria era grande, a raça era forte, os governadores – menos alguns tiranos – amavam o povo e eram amados por ele, não havia sangue, nem lutas, nem desavenças... Todos, afinal, se entendiam na doce harmonia de um magnífico paraíso tropical, desenhado graças à ação dos excepcionais heróis imortalizados no panteão da pátria. (MICELI, in: PINSKY, 2009, p. 47).

3. MARECHAL RONDON, ENTRE OS “LUGARES DE MEMÓRIA” A HISTÓRIA ESCRITA E ENSINADA

3.1. OS LUGARES DE MEMÓRIA

Já a história escrita e ensinada sobre o *Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon* é fermentada também a partir dos “lugares de memória”, ou seja, um misto de história e memória - categoria que nasce e vive a partir do sentimento que não há memória espontânea verdadeira, que é preciso criar arquivos, bibliotecas, museus, notariar atas; organizar lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; registrar os lugares simbólicos de comemorações, as peregrinações, as celebrações dos aniversários ou os emblemas; pronunciar elogios

fúnebres e os lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. (NORA, In: LE GOFF, 1996, p. 472-473).

Portanto, esses lugares apontados por Pierre Nora (1996) seriam onde a memória se enraizou e vem servindo como uma nova forma de apreender a memória que não vivemos mais o que eles representam, contudo, são apropriadas pela história como fontes.

O artigo que ora apresentamos é uma produção concebida por meio de muitas trilhas, resíduos, restos, enfim, lugares de memórias e histórias. São lugares funcionais, materiais e imateriais que tem se dado a conhecer mediante produções, homenagens como as confezidas ao agente publico e politico Rondon, em edificações e espaços públicos, em monumentos, em celebrações, como também em páginas de periódicos, manuais, livros, relatórios, filmes, poesias, no Brasil e pelo mundo, como é o caso das histórias escritas e publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – n. 65 – *Centenário da Comissão Rondon (1907-2007)*, editada no ano de 2007, pelo IHGMT, onde é possível conhecer e acessar uma vasta documentação, memórias e histórias sobre Rondon, assim, como as questões relacionadas à literatura, a fotografia, o cinema e lugares nomeados, objetivando de certa forma, reunificar o indivíduo fragmentado pela história. Todavia, os textos que compõem a RIHGMT – *Centenário da Comissão Rondon (1907-2007)* têm como contribuição maior à historiografia e levar à sociedade conhecer a trajetória histórica do “filho de Mato Grosso” – Rondon.

Nesses termos, o “lugar social” de Rondon em Mato Grosso e no Brasil, também, na perspectiva da RIHGMT é apresentado pelos inúmeros discursos com reconhecimento e relevância atribuídos pela população, frente à produção de saberes sobre o “sujeito social – Rondon”. Assim, Rondon é nomeado em vários lugares e em diferentes situações. Uma vez que “nomear lugares” é muito mais do que uma simples atribuição de nomes, é “materializar” o sentimento de que um lugar é uma entidade que possui individualidade que a distingue de outros lugares, e isso ocorre com base na constatação de que um lugar é útil e vale a pena ser nomeado (ROMANCINI, 2007, p. 95).

Em face ao extenso e volumoso trabalho apresentado, bem como, pelo reconhecimento recebido pela comunidade regional, nacional e internacional, Rondon é materializado e recebe em diferentes e merecidas deferências, vale citar algumas, como homenagens, celebrações, pronunciamentos e elogios, tornando-se um mito nacional e rememorado internacionalmente.

Assim, de acordo com a historiografia brasileira, vale destacar que, no dia do seu aniversário, em 5 de maio, no ano de 1955, o Congresso Nacional Brasileiro, oferta a Rondon, o título de *Marechal do Exército Brasileiro*; no ano de 1956, o *Território Federal do Guaporé* teve seu nome alterado, em homenagem ao nosso herói, para *Território Federal de Rondônia*, elevado a estado no ano de 1981; Rondon foi indicado no ano de 1957, para o prêmio *Nobel da Paz*, pelo Explorer's Club, de Nova Iorque (EUA) por reconhecê-lo como grande defensor das telecomunicações, inovador das formas de registros documentais com o uso de imagens e vozes, fotografias e filmes ao longo de seus trabalhos; foi homenageado nomeado por escolas, diferentes bairros, praças e ruas do Brasil, a exemplo, a Escola e a Rodoviária da cidade de Recife-PE; com honrarias, Rondon é o *Patrono das Telecomunicações no Brasil* e, em sua homenagem, o dia 5 de maio é o *Dia Nacional das Comunicações*; Rondon recebeu com honrarias a designação de *Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro*; o Ministério da Educação e Cultura criou o *Projeto Rondon*, com a finalidade de promover estágios de serviço de estudantes universitários em áreas do interior do país. Já o Município de *Marechal Rondon*, no Estado do Paraná foi criado em sua homenagem.

Além de diversos discursos, relatórios e conferências, Rondon publicou *Índios do Brasil*, em três volumes: Do centro, noroeste e sul de Mato Grosso, Das cabeceiras do rio Xingu aos rios Araguaia e Oiapoque e Do norte do rio Amazonas. Publicou ainda, em colaboração com o etnólogo João Barbosa de Faria, *Esboço gramatical*, vocabulário, lendas e cânticos dos índios *ariti* ou *parecis* e *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil*. Sobre sua vida e atuação, foram publicadas várias obras, entre as quais a de Charles Badet, *Rondon, charmeur d'indiens* (1915), a de Domenico Bartolotti, “Rondon”, em *Oro verde del Brasile* (1928), a de Clóvis Gusmão, *Rondon* (1942), a de Oto Carlos Bandeira Duarte Filho, *Rondon, o bandeirante do século XX* (1945), a de Antônio Figueiredo, *Rondon, o protetor dos índios* (1957), a de Ester Viveiros, *Rondon conta sua vida* (1958) e as de Edilberto Coutinho, *Rondon e a integração amazônica* (1968) e *Rondon, o civilizador da última fronteira* (1969).

Nessa mesma perspectiva, a de que se processe a construção de uma memória de nossa identidade nacional, quando, a partir de março de 1990, o *cruzeiro* é determinado como a nova moeda nacional, e a emissão de “cédulas de mil cruzeiros” acontecem com estampas que homenageiam o *sertanista Rondon*, tendo no anverso da cédula, referências a seu trabalho como desbravador do território nacional. Daí

a inserção de uma imagem de estação telegráfica sobre fundo com o mapa do Brasil, além de imagens representativas de instrumentos de telegrafia. No reverso, numa evidente alusão ao fato de Rondon defender os direitos da população indígena, destaca-se a imagem de um casal de índios, não como efígie, mas numa postura mais informal, além de uma série de elementos gráficos típicos do artesanato indígena (GOMES e KORNIS, 2002, p. 23).

Vale também ressaltar no presente artigo que a presença de Rondon se encontra também, cravada no Estado de Mato Grosso, em especial nos espaços urbanos de Cuiabá, Várzea Grande, Mimoso, distrito do município de Santo Antonio de Leverger, Rondonópolis, entre outros, nos lugares de memórias, cujos significados evocam feitos e importância histórica.

Na cidade de Cuiabá, Rondon é nomeado em logradouro como a *Rua Cândido Mariano*; recebe homenagens com a instalação do *Busto de Rondon* na Praça Alencastro; no processo de criação e instalação dos lugares de memórias da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no ano de 1972, o Museu da UFMT foi construído e nomeado como *Museu Rondon*, cujo lugar, foi erguido uma *Estátua de Rondon*, por iniciativa da Sociedade Amigos de Rondon; há uma Instituição privada de ensino superior, em Cuiabá, denominada de Centro Universitário UNIRONDON, em sua homenagem; já o principal Aeroporto do Estado de Mato Grosso, localizado na cidade de Várzea Grande, coirmã de Cuiabá, recebe o nome de *Aeroporto Internacional Marechal Rondon*; a cidade de Rondonópolis, em 1918, surge com a passagem da Comissão Rondon pela região de *Ponte de Pedra* a fim de fazer levantamentos para a construção de linhas telegráficas, o tenente Otávio Pitaluga, que mediu e instituiu as diretrizes para uma futura cidade, e, mediante tal projeto, a localidade foi rebatizada de *Rondonópolis*, em homenagem a Marechal Rondon; dessa maneira, Rondon é agraciado pelo o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso com o título de *Sócio Honorário* do IHGMT.

Por outro lado, o culto à memória e às imagens possibilitou a Rondon também ser notícias, seja em documentos escritos e iconográficos como mapas, registros fotográficos e filmes sobre os trabalhos que realizou. Joel Leão (2007, p. 72) destaca com grande propriedade Joel Leão que as primeiras imagens fotográficas produzidas pela Comissão Rondon, encontra-se reunidas no álbum *Lembranças da Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia*, organizado em 1890. Revela o autor que na linha cinematográfica, *Os Sertões de Mato Grosso* foi o primeiro filme documentário de longa-metragem do Marechal Rondon, ocasião em

que foi montado o primeiro laboratório da Comissão, contando com equipamentos modernos e contratação de profissionais especializados na produção de filmes. Ressalta Leão (2007) que o segundo filme foi intitulado *De Santa Cruz*, considerado um dos melhores filmes até então executados pela Comissão Rondon, com fotografia impecável, mais dinâmico com cenas de animais e os índios e, em especial, os saltos Utiarity e Bello. E, por último, as produções cinematográficas seguintes que, segundo Joel Leão (2007), conta com os filmes *Rituais e Festas Bororos* (editado em 1917), a seguir o *Ronuro, Selva do Xingu* (editado em 1924); *Ao Redor do Brasil*, filmado entre 1924/30. *Viagem ao Roraima e Parrima, Fronteiras do Brasil*, os dois documentários produzidos em 1927, nas viagens de Inspeção de Fronteiras feitas pelo General Rondon. Assim, finaliza Joel Leão registrando em seu texto, o depoimento de Thomaz Reis sobre as angustias e alegrias de um cinegrafista a serviço da Comissão Rondon:

[...] Conta sobre suas angustiantes viagens na selva e sua observação precisa, de deixar “repousar os sentimentos”, sem pressa, para obter o melhor resultado. O martírio do cinegrafista crescia com a monotonia e repetição das paisagens, com a ausência de aspectos interessantes a ser registrados, o que nos dá uma pista tanto do roteiro que ele gostaria de cumprir, quanto do que o cinema deveria registrar. Um pequenino povoado tornava-se a grande alegria do cinegrafista no sertão. A cada viagem, mais difícil tornava-se a coleta de novas imagens que prendesse a atenção do espectador. O cinema a serviço da Comissão não criava “artifícios” ou ilusões, apenas registrava, com arte e nitidez, costumes indígenas até então ignorados nos “centros civilizados”; sua função talvez estivesse justamente aí: revelar aos civilizados aspectos desconhecidos do interior do País. Mostrar o Brasil aos Brasileiros (LEÃO, 2007, p. 73)

Também, no campo da Literatura, outro lugar de memória, o Marechal Rondon recebe singelas homenagens de conterrâneos mato-grossenses, através de *poesias* e composição poética literária, no formato de *acróstico* - originais e publicadas na RIHGMT (2007), conforme se segue:

Amidicis Diogo Tocantins¹⁸ saúda Rondon com a sua poesia “*Mimoso*” (À memória do ínclito Marechal Cândido Rondon), vejam essas duas estrofes:

18 Sócio efetivo do IHGMT, falecido em 1985.

Em meio ao cavalgar, eis que surge Mimoso,
 Terra de Rondon, no sopé de uma ascensão;
 Corixos... Buritis... Sertão, o mais formoso
 Da natureza em festa. Há, pois, uma canção.
 Que ouço já bem perto, na amena tardinha:
 É o aboio plangente dos velhos vaqueiros.
 Índio Miguel, Pedrão, Zé Cinza... Oh! Gente minha,
 Quero abraça-los, bem como aos rijos tropeiros [...].
 (Amidicis Diogo Tocantins. RIHGMT, 2007, p. 105)

Igual a Amidicis, o professor Benedito Pinheiro de Campos, membro do IHGMT, também, homenageia o *Marechal Rondon*, por ocasião das comemorações do Centenário da Comissão Rondon (1907-2007), com a poesia, intitulada “Nativo Bandeirante”, publicada na RIHGMT, de n. 65, edição dedicada a um dos mais ilustres de seus membros, o mato-grossense *Cândido Mariano da Silva Rondon*:

Nativo Bandeirante

Esse pantaneiro, marechal
 Resume a história em marcha
 Da memória ecológica do Pantanal
 Desponta no cerrado e na floresta
 Festa bororo, dança, reza,
 Na alcova da mata é o Marechal que passa
 Abrindo estradas e comunicação [...]
 (CAMPOS, B. O. de. RIHGMT, 2007, p. 106)

Rondon (Teu Acróstico) é mais uma homenagem, ofertada ao filho de Mato Grosso, por Ede Gonçalves (RIHGMT, 2007, p. 108-109):

RONDON, nome que ainda brilhará, no cenário, de um GEO-
ESTACIONÁRIO
Ousando unir o brasileiro, ao universo inteiro
Nunca, jamais deixando cair no esquecimento, nem por um só
 momento
Demonstrando com isso que o Brasil é composto de um povo
 culto, que homenageia o seu vulto
Ousado, humano, que zombou da morte, mas teve sorte
Não renegou os irmãos seus, pois eram todos filhos de DEUS!

4. BREVE APRESENTAÇÃO BIOGRÁFICA DO PERSONAGEM “RONDON”¹⁹

[...] os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas [...] (GOMES, 2004)

Nessa perspectiva, o ato de escrever sobre vidas é muito antigo e que a trajetória humana gera uma história que vale a pena ser escrita e reescrita muitas vezes. Dessa maneira, a biografia de Rondon é digna de ser socializada, comentada, sobretudo, por destacar alguns momentos importantes da trajetória de vida e obra do celebrado Marechal Rondon. Antecede ressaltar que em 1958 a biografia do Marechal Cândido Mariano da Silva (1865-1958) foi publicada, intitulada: *Rondon conta sua vida* (RONDON, 1958), obra prefaciada por Rachel de Queirós, que destaca em seu texto a máxima importância de Esther de Viveiros na transcrição dos diários de campo de Rondon, no recolhimento de informações e de entrevistas para composição do texto definitivo, salientando de certa forma, o caráter híbrido de Rondon a partir de *registro autobiográfico* e *romance biográfico*.

Muito há que dizer sobre a história de vida de Rondon, nasceu em Mimoso, no município de Santo Antônio de Leverger (MT), no dia 5 de maio de 1865, e faleceu em 19 de janeiro de 1958. Filho de Cândido Mariano da Silva e de Claudina de Freitas Evangelista. Seu pai faleceu em 1864, vítima de uma epidemia de varíola e sua mãe em 1867. Filho único ficou aos cuidados do tio, Manuel Rodrigues da Silva Rondon, em cuja homenagem acrescentou o nome Rondon ao seu em 1890.

Segundo os vários estudos de biógrafos de Rondon, é de descendência indígena por linhagem materna. Seu bisavô, o paulista Francisco Lucas Evangelista, casara-se com Joaquina Gomes, filha de índios bororos, fixando-se na sesmaria de Morro Redondo, em Mimoso. A sesmaria passou em usufruto aos descendentes de Joaquina Gomes, e Rondon, por ter sido filho único, ocupava o primeiro lugar entre os herdeiros.

No campo educacional, Rondon completa o curso primário, tendo estudado na escola do Mestre João, um índio Bororo, e com

¹⁹ Esse ensaio biográfico de Rondon tomou por referência o material disponibilizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), intitulado “Rondon, Cândido”.

o Professor Francisco Ribeiro da Costa, conhecido como Mestre Chico. Com o término do curso primário em Cuiabá matriculou-se na Escola Normal (mais tarde Liceu Cuiabano), no ano de 1879, visando sua formação docente. Aos 16 anos Rondon é nomeado professor primário.

Em novembro de 1881, abandona a atividade de docente e busca assentar a sua vida no campo militar, alistando-se no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, Quartel do antigo acampamento Couto de Magalhães, em Cuiabá, aos 26 de novembro, com o propósito de inscrever-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império, veio para esta cidade em dezembro, classificado no 2.º Regimento de Artilharia de Companhia. Matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar, encerrando-o, com distinção, no ano de 1884. Matriculou-se no curso de cavalaria e infantaria, concluindo-se no ano de 1885. Já em 1887 terminou o curso de artilharia em 1888, ao encerrar o curso de estado-maior de primeira classe, foi promovido a alferes-aluno.

Rondon ingressou na Escola Superior de Guerra, no ano de 1889, onde ensinava Benjamin Constant Botelho de Magalhães, líder republicano e positivista, de quem se tornou aluno e seguidor (CPDOC, 2016). Rondon teve participação no movimento que depôs a Monarquia, em 15 de novembro de 1889, com a participação da tomada do quartel-general e da detenção dos ministros do último gabinete do imperador Pedro II. Ainda, neste mesmo ano, de 1889, Rondon recebeu o título de engenheiro militar e de bacharel em matemática e ciências físicas pela Escola Militar. Promovido a alferes no dia 4 de janeiro de 1890, três dias depois foi promovido à primeiro-tenente “por serviços relevantes à República” (CPDOC, 2016).

Na virada do século XIX para o século XX, Rondon dirigiu-se para Mato Grosso, a convite do Major Antonio Ernesto Gomes, chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas empenhadas em construir a ligação entre Cuiabá e a margem esquerda do Araguaia, divisa com o estado de Goiás, para as funções de ajudante. Findo o trabalho da Comissão, retornou Rondon ao Rio de Janeiro em maio de 1891, para assumir suas funções na Escola Militar.

Casou-se com Francisca Xavier, no ano de 1892. Foi nomeado chefe do distrito telegráfico de Mato Grosso por indicação do major Gomes Carneiro, e pediu demissão de sua cadeira na Escola Militar para retornar ao sertão e consolidar a linha já construída. Em setembro do mesmo ano, promovido a capitão, substituiu o major Gomes Carneiro na chefia da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas

e, em seguida, foi encarregado também da construção da rodovia Cuiabá-Araguaia, parte da chamada “estrada estratégica” que deveria ligar Cuiabá ao Rio de Janeiro. Até então, o acesso a Cuiabá se fazia por via fluvial através do rio da Prata.

Rondon interrompeu por algum tempo seu trabalho à frente da Comissão para responder a um inquérito do Conselho de Guerra, no Rio de Janeiro, por castigos corporais infligidos a soldados sob o seu comando. O processo, contudo, foi arquivado, e Rondon pôde retornar a Mato Grosso e aos trabalhos da comissão (CPDOC, 2016).

Em 1898, com o fim da tarefa de construção de linhas, transferiu-se para o Rio de Janeiro e foi nomeado auxiliar técnico da Intendência Geral da Guerra em 1899, permaneceu pouco tempo no cargo, recebendo em 1900 a incumbência de estender a ligação telegráfica a partir do Rio de Janeiro até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, na chefia de nova Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, cujos trabalhos foram encerrados em meados de 1906, foi promovido a major em 1903, mesmo ano em que revalidou seu casamento segundo o ritual positivista.

O resultado dessa expedição foi a construção de 1.746km de linhas telegráficas, ficando o Rio de Janeiro ligado a Corumbá e Coimbra, na fronteira boliviana, e a Porto Murtinho e Bela Vista, na fronteira com o Paraguai.

Assim, em meio a dificuldades devidas à insuficiência de soldados, a deserções e às baixas provocadas pela malária e pelo beribéri, a expedição recolheu ainda grande quantidade de amostras de minérios, da flora e da fauna da região para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rondon estabeleceu relações amistosas com os *índios bororos*, que chegaram a participar em diversas ocasiões dos trabalhos de construção, e com os *terenas* e os *quiniquenans*, que vinham tendo suas terras tomadas por fazendeiros. Iniciou a demarcação das terras dessas tribos, conseguindo fazer com que o governo de Mato Grosso reconhecesse a sua propriedade, e colocou ainda sob a proteção da comissão, além dos grupos já citados, os *cadineus* e os *oiafés*, habitantes das cabeceiras dos rios Taboco e Negro, que vinham sendo assassinados por fazendeiros de gado.

Embora o problema indígena fosse alheio às atribuições oficiais da comissão, Rondon procurava sempre travar contato amistoso com os grupos que encontrasse e defender os direitos espoliados dos índios, afirmando, na época: “Temos para com os índios grande dívida contraída desde os tempos de nossos maiores que lhes foram invadindo os territórios, devastando a caça, furtando o mel, para

não falar em males muito maiores, mais graves, vergonhosos e infames.” Procurava fazer com que os brasileiros das cidades tomassem conhecimento dos problemas dos índios, e adotou como lema para os homens sob seu comando “Morrer se preciso for, matar, nunca”, inaugurando uma nova forma sistemática de promover o primeiro contato entre civilizados e as populações indígenas. Logo após o fim dessa primeira expedição, o presidente da República, Afonso Pena, determinou ainda em 1906 a extensão das linhas telegráficas até o vale Amazônico nomeando Rondon engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

O próprio Rondon escolheu, entre civis, oficiais e praças do Exército, os componentes da expedição, que ficou conhecida como *Comissão Rondon* e tinha o objetivo paralelo de reconhecer a região, proceder a seu estudo científico e demarcar as terras da fazenda Casalvasco, que se estendia da serra de Aguapéi (MT) à fronteira com a Bolívia. A expedição descobriu e fez o reconhecimento do rio Juruena, no norte de Mato Grosso, desbravando o nordeste do estado e conseguindo atravessar em seguida a selva amazônica até Manaus, onde Rondon, promovido a tenente-coronel em 1908, chegou no início de 1910 acometido de grave crise de malária. Ao longo de seu trajeto, travou relações amistosas com os índios *Parecis*, alguns dos quais serviram inclusive de guias para a expedição, e aproximou-se dos temidos *nhambiquaras*, que tinham fama de ferozes antropófagos e até então haviam rejeitado qualquer contato com os civilizados. De Manaus, Rondon dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde chegou em fevereiro de 1910 sob aclamações populares, após quatro anos de internamento na selva, durante os quais chegou até a ser dado como desaparecido.

Em junho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, e Rondon, seu maior animador, tomou posse como primeiro diretor do órgão no dia 7 de setembro do mesmo ano. A criação do SPI foi possível graças ao apoio do presidente em exercício, Nilo Peçanha, e do ministro da Agricultura, Rodolfo Miranda, pois desde a morte de Afonso Pena (1909) o trabalho de Rondon vinha enfrentando a oposição de diversos elementos do governo, principalmente do ministro da Viação, J. J. Seabra. Após permanecer no Rio de Janeiro em recuperação de seus problemas de saúde, em março de 1911 Rondon partiu para São Paulo a fim de pacificar os índios *caingangues* do noroeste paulista, que vinham atacando fazendeiros da região em represália a agressões sofridas.

Resolvida à questão em março do ano seguinte, em junho Rondon voltou a Mato Grosso via Manaus, retomando, já promovido a coronel, o comando dos trabalhos da comissão. No Amazonas, protegeu os índios *parintintins*, perseguidos e explorados por seringueiros, e rumou para Mato Grosso por terra, em viagem de inspeção das linhas construídas pela comissão e do trabalho realizado pelo SPI. Em 1913, foi designado para organizar uma expedição para, em companhia de Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1908, percorrer os vales dos rios Paraguai e Amazonas. Roosevelt trouxe com ele naturalistas norte-americanos a fim de selecionar e coletar material para o Museu de História Natural de Nova Iorque, e Rondon convidou cientistas brasileiros para que também participassem da expedição. Iniciada em dezembro de 1913, a viagem de exploração durou até maio do ano seguinte, e foi descrita por Roosevelt, no livro *Through the Brazilian wilderness*, publicado ainda em 1914. Entre 1915 e 1919, Rondon empenhou-se na elaboração da carta de Mato Grosso, além de prosseguir em seu trabalho com os índios. A comissão que comandava mapeou um extenso território, incluindo as cabeceiras de seis rios, e concluiu o estudo das cabeceiras do Xingu, do alto e do médio Paraguai e de mais de 30 rios. Localizou e identificou diversos acidentes geográficos, descobrindo ainda jazidas de ferro, ouro, diamantes, manganês, mica e gipsita em diversos pontos do estado. Além disso, estabeleceu contato com vários grupos indígenas, desarmando a belicosidade de alguns, como os *nhambiquaras*, os *barbados*, os *pauatês*, os *tacuatês*, os *urumis* e os *bororos* do rio das Garças, e conquistando definitivamente a amizade de outros, como os *parecis*, os *bacaeris*, os *jarus*, os *urupás*, os *parintintins* e os *botocudos*.

Promovido a general de brigada em 1919, Rondon foi nomeado diretor de Engenharia do Exército pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras, conservando, todavia o título de chefe da Comissão de Linhas Telegráficas. Na diretoria, promoveu a remodelação de inúmeras instalações militares, bem como a construção de vários novos quartéis. Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa indicou-o para participar da comissão de inspeção das obras contra a seca no Nordeste. Em setembro de 1924, na sequência do movimento revolucionário iniciado em São Paulo em julho, foi designado para o comando das forças legalistas em ação contra os revoltosos no Paraná e em Santa Catarina. Travou combate diversas vezes com as forças rebeldes até junho de 1925, quando, já reunidas na Coluna.

Prestes, essas forças se deslocaram rumo ao norte. O comando de Rondon, promovido a general de divisão em dezembro de 1924,

foi extinto, e em seguida o general partiu em nova viagem de inspeção das linhas telegráficas ainda existentes, dedicando-se também a estudos para a extensão da ferrovia Noroeste até Cuiabá. Em 1927, o presidente Washington Luís destacou Rondon para a missão de inspecionar as fronteiras brasileiras desde a Guiana Francesa até o Uruguai, ao longo de mais de dez mil quilômetros. As viagens de inspeção, que também davam continuidade ao trabalho junto aos índios, contaram com a participação de diversos cientistas. Um deles foi Gastão Cruls, que descreveu a segunda expedição, realizada em 1928, em seu livro *A Amazônia que eu vi* (1938). A eclosão da Revolução de 1930 surpreendeu Rondon em Marcelino Ramos (RS). Preso por forças revolucionárias comandadas por Miguel Costa, Rondon reafirmou sua fidelidade a Washington Luís e recusou-se a apoiar ou aderir ao movimento, apesar dos esforços nesse sentido feitos por Osvaldo Aranha, um dos principais líderes revolucionários. Transferido para Porto Alegre, permaneceu algum tempo preso na capital gaúcha, embora cercado de atenções especiais.

Pouco depois da vitória das forças revolucionárias e da instalação do governo provisório, Rondon foi duramente criticado por Juarez Távora, que em entrevista ao *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro qualificou-o de “dilapidador dos cofres públicos, a distribuir pelo sertão bruto linhas telegráficas aos índios para servir-lhes de brinquedo”. Diante disto, Rondon solicitou a Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, sua reforma do Exército em caráter irrevogável, insistindo para que o submetessem a um conselho de justiça ou a um conselho de guerra. Embora aceitasse sua reforma em novembro de 1930, o ministro da Guerra José Fernandes Leite de Castro negou a Rondon seu pedido de exoneração, confirmando-o no cargo de inspetor de fronteiras.

Entre 1930 e 1934, Rondon dedicou-se à elaboração do relatório de sua viagem de inspeção de fronteiras, entregando-o afinal a Getúlio Vargas. Em 1934, agravou-se o conflito entre Peru e Colômbia em torno do porto de Letícia, pertencente à Colômbia por força de tratado de 1924, mas ocupado por peruanos armados desde 1932. O Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores, ofereceu seus préstimos como mediador, e, de uma lista de nomes, Getúlio escolheu o de Rondon para chefiar a delegação brasileira junto aos países litigantes. Rondon permaneceu quatro anos à frente dessa delegação, até que se realizou a conferência que trouxe a solução definitiva para o conflito. Em seu regresso, em 1938, Rondon foi saudado por uma comissão nacional de recepção, composta por todos os ministros de

Estado. Um coro regido pelo maestro Villa-Lobos entoou em sua homenagem diversos hinos, entre os quais Parecis Nazari-Né, composto pelo próprio Vila-Lobos com base em elementos colhidos por etnógrafos da Comissão Rondon. Em 1939, foi instituído o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, e o general Rondon, então com 74 anos, foi nomeado seu primeiro presidente. O conselho seria o órgão formulador e consultor da política indigenista brasileira, cabendo ao SPI apenas atribuições executiva.

Rondon foi membro da Sociedade dos Amigos da América, fundada em janeiro de 1943 e presidida pelo general Manuel Rabelo, igualmente positivista e engenheiro militar, que servira sob suas ordens em Mato Grosso entre 1907 e 1918. Reunindo militares e líderes políticos civis favoráveis aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a sociedade se colocava contra o fascismo, a favor da democracia e do envio de tropas brasileiras à Europa para combater as forças do Eixo. Ativa entre 1943 e 1945, em 1944 teve sua sede fechada pela polícia do Distrito Federal. Em 1952, já com 87 anos, Rondon levou ao presidente Getúlio Vargas o projeto de lei de criação do Parque Nacional do Xingu, destinado à preservação da flora e da fauna locais, com usufruto da área para os índios que nela viviam. No ano seguinte, incentivou a criação do Museu do Índio. Em 1956, já aos 91 anos e próximo da morte, apelou ao presidente Juscelino Kubitschek no sentido de salvar o SPI da desmoralização que vinha sofrendo em virtude da intromissão da política partidária na gestão do órgão.

Por seu trabalho de sertanista e de proteção aos índios, Rondon recebeu inúmeras homenagens tanto no Brasil como no exterior. Em 1911, foi aplaudido no Congresso Universal das Raças, reunido em Londres, como exemplo a ser seguido “para honra da civilização”. Em 1914, a Sociedade de Geografia de Nova Iorque concedeu-lhe o prêmio Livingstone. Em 1920, foi condecorado pessoalmente pelo rei Alberto I, da Bélgica, “pelo bem que tem feito pela humanidade”. O III Congresso Internacional de História das Ciências, reunido em Portugal, homenageou-o dando seu nome a um meridiano. Em 1954 a Universidade da Sorbonne, em Paris, comemorou com uma sessão especial seu 89º aniversário. O marechal Rondon morreu em seu apartamento de Copacabana, no Rio de Janeiro, no dia 19 de fevereiro de 1958.

5. OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS, ACADEMIAS MILITARES E ESCOLAS: LUGARES DE PERPETUAÇÃO DA IMAGEM DO HERÓI – RONDON

O nome de Rondon constitui sinônimo de herói militar e/ou intelectual dentro dos espaços dos institutos históricos, academias e de escolas militar, sempre adotado como um modelo a seguir por seus exemplos de vida disciplinada e corajosa e seus atos como o desbravamento e civilização dos sertões. A comunhão da formação militar e das doutrinas positivistas é sempre lembrada como elementos marcantes na constituição da sua biografia. Além disso, há o reforço da mística de homem predestinado desde a infância em Mimoso, no interior de Mato Grosso.

As narrativas sobre a sua vida apontam sua origem mameluca como traço que advém do “ethos” bandeirante, reforçando um discurso identitário regional comum presente em estados como São Paulo e Mato Grosso. Ao mesmo tempo, estabeleceu relações amistosas com os índios bororos, que chegaram a participar em diversas ocasiões dos trabalhos de construção, e com os terenas e os quinquenhaus, que vinham tendo suas terras tomadas por fazendeiros. Iniciou a demarcação das terras dessas tribos, conseguindo fazer com que o governo de Mato Grosso reconhecesse a sua propriedade, e colocou ainda sob a proteção da comissão, além dos grupos já citados, os *cadineus* e os *oiafés*, habitantes das cabeceiras dos rios Taboco e Negro, que vinham sendo assassinados por fazendeiros de gado.

Institutos históricos como o IHGB, fundado em 1838, e seus congêneres nas províncias/estados, academias literárias, museus, arquivos e associações científicas – desde os tempos do Império – cumpriram a missão de forjar um “passado comum” para a nação brasileira, tendo como fio condutor uma narrativa unificadora congregando nomes de ilustres brasileiros.

A análise da construção de narrativas nesses espaços é emblemática para se entender o processo de construção de mitologias fundacionais pautadas em conceitos como origem, povo, tradição e herança. Nas páginas das publicações dos letrados do IHGB, à guisa de ilustração, podem ser identificadas memórias e biografias dos “construtores” ou “formadores” do Brasil desde os tempos coloniais (cf. OLIVEIRA, 2011), assim como dos principais acontecimentos da nação imaginada e desejada. Nessas tramas, nomes como o de Marechal Rondon tem o seu assento no “panteão de papel”, uma

vez que traz para o tempo presente lições, missões e justificativas da força do passado e da tradição.

A organização, as finalidades e as formas de entender o passado do grêmio fluminense serviram de modelo e fontes de inspiração para iniciativas semelhantes em diferentes partes do Brasil no final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, por exemplo, foram fundados o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP), em 1862, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894, na capital paulista, e o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), no contexto das comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919.

Em nome da construção e consolidação do Brasil enquanto Estado-nação, os membros do IHGB e congêneres dedicariam suas atividades de pesquisa documental e de produção de memórias, juízos, biografias e compilações, publicadas nas páginas de seu periódico. Ele seria a vitrine das ideias, projetos e discussões da agremiação.

Escrever história, para esses homens em sua maioria, constituía uma atividade de garimpagem, de quem recolhia documentos da mesma forma como se achassem preciosidades. Para Lilia Schwarcz, “o ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção encontrada naquele especialista que, ciente do seu ofício, separa as boas pedras das más”, ou mesmo daquelas que ofereciam pouco brilho ao olhar (SCHWARCZ, 1993, p. 114). E a biografia, repleta exemplos e conquistas, de Rondon – no período republicano – se constituiriam no caso desses artífices da memória nacional em um grande achado da lavra dos rios da história. As histórias da Comissão Rondon se tornaram alavancas para a potencialização de uma imagem de um Brasil moderno, que ocupava e domesticava o seu interior, levando as “luzes” da civilização.

Em 6 de setembro de 1939, na sessão especial do IHGB, ao ser apresentado por Bernardino José Sousa (1884-1949) para fazer conferência “José Bonifácio e o problema indígena”, Rondon foi descrito como aquele tornaste “em vida o símbolo do Brasil”:

E quem o diz? Será só a palavra amiga que vos sauda? Certo que não: é todo o Brasil que vos acompanhou a escalada da glória no silêncio de suas matas opulentas e no murmúrio de seus rios escachoantes; do alto das serranas ásperas ao liso dos taboleiros e planícies embrejadas; é o Brasil que lê e que pensa, é o Brasil honesto no julgamento de seus valores; é o Brasil dos brasileiros

que o estremecem e acreditam na valia de suas reservas de capacidade individual e coletiva (SOUSA, 1939, p. 864).²⁰

Em publicação na *Revista do IHGB*, de 1950, o historiador Basílio de Magalhaes (1874-1957) traçaria a história de Mato Grosso como um longo e contínuo percurso entre o bandeirante Paschoal Moreira Cabral até Marechal Rondon. Rondon era sinônimo de Mato Grosso e por isso carregava consigo o “ethos” dos desbravadores do século XVIII. Conquistar, colonizar e dominar eram as marcas dessa identidade comum entre Moreira Cabral e Rondon.

No ano de 1965, o seu conterrâneo, o renomado historiador Virgílio Correa Filho (1887-1973), também membro do IHMT, dedicaria páginas da Revista do instituto para fazer uma biografia do marechal já falecido, sem deixar de destacar seus feitos e méritos para a história da formação do território do Brasil, bem como sua atuação junto aos povos indígenas. Em outro texto, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, em 1961, o historiador mato-grossense atribuiria a Rondon a condição de um dos grandes “vultos da geografia do Brasil”.

Em razão de seu reconhecimento como importante homem público e político, Rondon – reconhecido como o bandeirante do século XX – seria recebido como sócio do IHGSP, em 25 de março de 1939. Se deixar de zelar pela imagem que ao longo do tempo constituiu de si, no discurso de sua posse o Marechal destacaria os atributos sobre a sua missão, que posteriormente seus biógrafos iriam abraçar para defini-lo como importante personagem da história do Brasil:

[...] o meu dever me chama à realidade dos compromissos que tomei ao encetar a minha carreira. [...] embora um general reformado, sinto que as honras do meu posto não me inibem de deveres, até ao final de minha vida. [...] São Paulo exalta um dos filhos de Mato Grosso por ter esse mato-grossense sabido cumprir as ordens emanadas da suprema Magistratura da República (IHGSP, Recepção e Posse do General Rondon, 1939).

A presença de Rondon como sócio nos quadros do instituto histórico paulista legitimava o projeto historiográfico que o grêmio defendia desde sua fundação. O IHGSP, fundado em 15 de novembro de 1894, almejava construir uma identidade de âmbito nacional a partir de seus valores e símbolos de cultura e civilização, até en-

20 Segundo Elizabeth Madureira Siqueira (2007, p. 31), o Marechal Rondon foi “agraciado com o título Oficial de Civilizador do Sertão, outorgado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

tão monopolizados e concentrados na Corte – Rio de Janeiro (cf. FERREIRA, 2002). A frase provocativa, “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, publicada no primeiro volume da sua Revista, denunciava a insatisfação com o Instituto fluminense que havia se autodenominado brasileiro. A temática que iria servir aos anseios do Instituto paulista seria a do bandeirantismo, valorizados e popularizados pelos seus historiadores. Rondon seria sujeito e objeto de uma visão bandeirante da história do Brasil.

Bandeirantismo e o desenho das fronteiras serão também os motivos principais para a constituição da identidade mato-grossense, em especial de Cuiabá, frente à ameaça da perda da hegemonia política enquanto capital para a parte sul do Estado e para livrar-se de um histórico “estigma da barbárie”, nas palavras de Lylia Galetti (2012). Nesse processo de invenção de uma história e identidade de Mato Grosso, o IHGMT – fundado em 1919 – e figuras como D. Aquino Correa (1885-1956), Virgílio Correa Filho e Marechal Rondon terão papéis de destaque, sejam na condição de artífices dessa narrativa, sejam “heróis intelectuais” – biografados. Fazer a história de Mato Grosso seria reafirmar a narrativa da nação, sem desconsiderar a sua cor local – regional (cf. LEOTTI, 2013; AMEDI e RIBEIRO, 2013).

Segundo Lylia Galetti (2012, p. 321), é no momento de comemoração do bicentenário que ganha força e consistência

[...] a elaboração de símbolos distintivos da identidade regional – como o hino, o brasão e a Carta Geográfica de Mato Grosso, as datas, os heróis e grandes personagens redescobertos ou alçados a essa condição – que passaram a compor a memória histórica e as tradições locais.

Essas personagens passaram a povoar poemas, epopeias, livros, manuais escolares, praças, ruas e monumentos, assumindo o papel de símbolos da identidade da capital de Mato Grosso. Nesse período, o Estado de Mato Grosso era governado por D. Aquino Corrêa (1918-1922).

De acordo com Osvaldo Zorzato (1998, p. 12), nesse contexto, constituiu-se uma historiografia marcadamente memorialista em Mato Grosso, na esteira do que acontecia nas outras regiões do país com a criação dos institutos históricos e academias:

[...] seu surgimento está relacionado, num primeiro momento, com a necessidade de servir de suporte a uma identidade almejada objetivando afirmar uma suposta peculiaridade, que a um

só tempo especifique e insira Mato Grosso no cenário nacional [...] os historiadores locais ao procurarem substituir a imagem de violência e selvageria atribuída ao mato-grossense pela de “revolucionário”, de um lado, contrapõem a imagens externas que lhes são adversas e, de outro, buscam reconstruir uma memória que os aproxime, independentemente de sua vinculação política, tendo em vista a perpetuação do grupo no controle do estado.

Nesse processo de fabricação de identidade amparado nos preparativos do “bicentenário de fundação de Cuiabá”, D. Aquino Correa, que além de presidente do Estado, era também cantor e poeta das qualidades de sua terra natal, teria papel de destaque, incentivando a criação instituições como o IHMT e a Centro Mato-Grossense de Letras (CML), além de alguns símbolos que marcariam a identidade mato-grossense como o brasão de armas e o Hino de Mato Grosso – ambos com marcas da simbologia bandeirante. Para Odemar Leotti,

Acontecimentos como a chegada dos sertanistas deveriam constituir-se enquanto discurso fundador da identidade mato-grossense, legitimando o poder político no presente. Assim, ao ato de seu sentido local e temporal (dos sertanistas terem vindo em busca de apresamento indígena), é acrescentado para, em seguida, ligá-lo a outro corpo de escrita, estabelecendo uma continuidade histórica e com ela a festa que uniria o povo mato-grossense (LEOTTI, 2013, p. 143).

De acordo com Laura Antunes Maciel (1992, p. 124), a passagem do bicentenário foi propícia para acrescentar mais alguns elementos e símbolos ao ideário da tradição, caro aos mato-grossenses “legítimos”, descendentes dos “civilizadores do sertão”: os bandeirantes. Dessa forma,

Tem início um movimento em torno da criação ou retomada de símbolos, alguns sepultados desde o período colonial, que, sob nova roupagem, fossem capazes de produzir uma identidade comum a todos os mato-grossenses. Assim, datam desse momento a composição do Hino do Estado de Mato Grosso e a recriação do seu Brasão de Armas, insistentemente utilizados, durante os anos posteriores ao bicentenário, nas festas cívicas, nas publicações oficiais ou não, nas representações do estado, nas exposições nacionais e internacionais, ou em qualquer ato público dali por diante.

A identidade bandeirante mato-grossense, tomada como lema dessa elite intelectual, encontraria na figura de Rondon mais legitimidade. O filho de Mimoso, a essa época já era reconhecido e respeitado pela sua atuação na comissão construtora de linhas telegráficas no Brasil Central e Amazônia e na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em vida carregava a alcunha de maior herói da história republicana de Mato Grosso e Brasil (cf. SÁ, 2009).

Para os intelectuais locais ligados ao IHGMT, Rondon era um símbolo das qualidades raciais e de caráter que identificavam o mato-grossense com suas origens bandeirantes. Visto como desbravador do sertão, semeador de civilização, sua figura simbolizava a tradição (símbolo da raça bandeirante em Mato Grosso) e do progresso (representado pelas linhas telegráficas que implantara e pelo trabalho com os indígenas). Os textos sobre seus feitos oscilavam na sua qualificação entre pacificador e mediador.

Além do espaço recebido nos institutos históricos, Rondon teria sua história adotada como exemplo na formação de jovens nas escolas e academias militares. Seu nome seria referência para a construção de um sentimento de respeito pela hierarquia, disciplina, rigidez e luta. Nessas instituições de ensino essa metodologia de trabalho tinha como finalidade não apenas moldar a razão, mas também a sensibilidade do indivíduo. Essa pedagogia pautada nos exemplos tem a figura do herói como ponto central do ensino.

Para Suzana Marly Magalhães (2015), essa educação militar, fundamentada em rituais e simbologias heroicas, prepararia o aluno para o seu destino ou missão: enfrentar a morte no conflito armado. A “pedagogia do guerreiro”, conforme denomina a autora,

[...] encontrado nos mitos e nas lendas da maioria das culturas, caracteriza-se por valores como força, destreza, destemor, responsabilidade e cumprimento de missão. O herói está associado também à narrativa dos percalços que o indivíduo tem que enfrentar para atingir a maturidade, conquistar honra pessoal e aceitação pela coletividade. Tudo isso só pode ser obtido por meio de extremo sacrifício pessoal, em ações públicas de demonstração de força e coragem.

No Exército brasileiro, os ensinamentos orais e escritos nas escolas de formação têm os patronos Duque de Caxias e Marechal Rondon como modelos a ser seguidos: “As vidas idealizadas dos patronos se enlaçam a uma narrativa maior, a gênese do Exército brasileiro, e ambas estão presentes no relato histórico da formação da nação e de seus mitos fundadores” (MAGALHÃES, 2015). Em outras palavras,

fazer a biografia celebrativa desses homens é uma forma também da fazer a própria biografia “militarizada” do Brasil como Estado-nação.

Nos livros infantis mais antigos, adotados nas escolas primárias, eram recorrentes a presença de história de heróis e mitos fundadores do Brasil. A história da pátria era ensinada por meio do exemplo dessas personagens. Histórias de personagens históricos eram contadas em formato de fábula em livros de leitura adaptados para as crianças. São exemplares desse tipo de narrativa voltada para o público infantil os livros *História do Brasil para crianças* (1934) e *Meu Torrão: contos da História Pátria* (1935), do escritor Viriato Correa.

Segundo José Ricardo Oriá Fernandes (2009, p. 6), autores da envergadura de Viriato Correa consideravam que a História seria “fonte de infinitas lições para as novas gerações, que deveriam se espelhar no exemplo de brasileiros patriotas que, em vida, se dedicaram à causa nacional”.

Esse tipo de narrativa, misturando ficção e realidade, pode ser encontrado também em textos dedicados às crianças sobre a história de Marechal Rondon, recuperando episódios marcantes e de aventura do personagem. Um exemplo recente desse tipo literatura infantil é a obra *Rondon, o desbravador do Brasil*, de autoria do jornalista Walter Vitillo, publicado pela Editora Cortez. Vitillo foi roteirista de diversas revistas em quadrinhos e atualmente escreve e faz adaptações para livros didáticos. A sinopse do livro já dá indicativos desse perfil de texto adaptado para o mundo da criança, ressaltando um “personagem extraordinário” da história do Brasil:

Desde pequeno, Cândido Rondon gostava de contemplar a exuberância das matas e imaginar o que havia nelas: seus animais exóticos e a beleza dos pássaros que coloriam os céus provocavam naquele garoto órfão e pobre, nascido no estado de Mato Grosso na segunda metade do século XIX, verdadeiro encanto. Ele cresceu e se tornou um brasileiro extraordinário que dedicou a vida à sobrevivência dos índios e valorização de sua cultura como primeiros habitantes da floresta (VITILLO, 2013, sinopse).

Rondon, ao longo da sua vida e principalmente depois de sua morte, recebeu nas mais de vinte e sete biografias de diferentes perfis – celebrativas, míticas ou investigativas – inúmeras adjetivações, sendo as mais conhecidas as de “pacificador”, “bandeirante”, “desbravador dos sertões”, “amansador de índios” entre outros. De acordo com Antonio Carlos de Souza Lima (2007), no artigo “Pacificador ou mediador?”, publicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional*,

Rondon é, de fato, um dos mais poderosos mitos que figuram no panteon da nacionalidade brasileira e que vem sendo alimentado e revigorado ao longo dos tempos. Diante dele, ou melhor, da investigação de sua atuação, ficamos diante de uma difícil equação, sobretudo para aqueles comprometidos com os destinos dos grupos sociais afetados pelas políticas de Estado: para falar de ocupação do interior do país, de política indigenista, de defesa de fronteiras, é preciso recorrer às celebrações de indivíduos exemplares? É possível mostrar como essa individualidade complexa e mitificada foi construída social e historicamente – por ações de grupos e redes sociais dotados de diferentes interesses – escavando o sentido do “ser exemplar” e o homem em sua trajetória de vida, seus compromissos, virtudes e erros, para além da persona pública?

A resposta, obviamente, é não. O importante, porém, é, ainda que suave e brevemente, ultrapassar um pouco a névoa que o mito instaura e tentar saber um pouco daquilo que está escondido na imagem do “pacificador”. Para tanto, é na origem das políticas republicanas para os povos indígenas que devem ser buscados os conteúdos históricos que fizeram de Cândido Rondon um mito, perpetuado na visão de correntes de nosso pensamento social que sempre pensaram os indígenas como necessitados de uma assistência comparável àquela que deveria se oferecer às crianças.

Essas considerações feitas por Antonio Carlos de Souza Lima apontam para a necessidade de compreender as diferentes facetas da personagem histórica Marechal Rondon, além de entender a própria elaboração do mito (cf. também LIMA, 1995, MACIEL, 1998; BIGGIO, 2003; TACCA, 2001). Nesse sentido, implica em ler de forma contextualizada e crítica as narrativas biográficas forjadas sobre o “pacificador” e atentar-se para as diferentes questões políticas, intelectuais, identitárias e culturais que perpassam a experiência do sertanista de Mimoso.

No caso, seria interessante – especialmente para nós educadores – fazer uma revisão das ressonâncias de elementos da chamada “pedagogia do guerreiro” presente na forma como apresentamos Rondon para os nossos alunos em sala de aula – seja na escola pública, seja nas academias militares. Dentro desta perspectiva, os apontamentos de Suzana Magalhaes (2015) servem de importante ponto de reflexão para o fazer do docente:

[...] para se adaptar melhor à sociedade contemporânea, marcada pela Ciência e pelo Estado Democrático de Direito, a narrativa dos heróis poderia incorporar esclarecimentos sobre vários aspectos da história da instituição militar. Caberia, por exemplo, abordar a biografia de homens e mulheres notáveis do Exército, trazendo as contribuições da história social e cultural do país, explicando a sua forma de sensibilidade e os seus valores, mostrando as relações estabelecidas entre o Exército e a sociedade brasileira e a dinâmica de suas transformações internas em razão de fatores políticos e econômicos.

Em termos da produção historiográfica, as imagens e representações desse sujeito histórico têm assumido diferentes perspectivas e abordagens a partir do diálogo interdisciplinar com áreas como ciências naturais, literatura, fotografia, cinema, antropologia e sociologia, quebrando o retrato fixo, essencializado e mítico de *Candido Mariano da Silva Rondon* forjado pelas (auto)biografias e memórias (cf. MACIEL, 1998; LIMA, 1999; BIGGIO, 2003; ARRUDA, 2003; DIACON, 2006; LIMA e SÁ, 2007; KURY, 2007; MACIEL, 2007; SÁ, 2009; LIMA JUNIOR, 2010; HAAG, 2012 entre outros). Mas essa é outra história para trilharmos (adiante) em um universo rico e vasto de livros, teses, dissertações e artigos científicos produzidos nas últimas décadas no Brasil.

Comemorar datas e marcos como os 150 anos de nascimento de Rondon significa fazer um exercício crítico e reflexivo de leitura(s) da sua história, da história que nos ensinaram, das histórias silenciadas ou esquecidas, da história do Brasil e do Mato Grosso – enfim, da nossa própria história como personagens individuais e coletivos no tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia Maria. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 28-41.
- AMEDI, Nathália da Costa; RIBEIRO, Renilson Rosa. “... denodados heróis, civilizadores do sertão...”: o mito fundador bandeirante na constituição da história de Cuiabá – Mato Grosso, século XX. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, v. 9, p. 153-180, 2013.
- ARRUDA, Lucybet Camargo de. Posto Fraternidade Indígena: estratégias de civilização e táticas de resistência (1913-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.
- BIGGIO, Elias dos Santos. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília, FUNAI/CGDOC, 2003.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, Civilização & Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- _____. A História nos livros. *Nossa História*. Rio de Janeiro, dez. 2003.
- BOSCHI, Caio César. *Por que estudar a história?* São Paulo: Ática, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CORDEIRO, Jaime F. P. A História no centro do debate: da crítica ao ensino ao ensino crítico – as propostas de renovação do ensino de história nas décadas de setenta e oitenta. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. Rondon. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 266, p. 155-158, jan./mar. 1965.
- _____. Vultos da geografia do Brasil: Rondon. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 2, p. 105-108, 1961.
- DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. O Parlamento brasileiro e a construção da memória nacional: os monumentos históricos em praça pública (1891-1986). *Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: UFSC; ANPUH Brasil, 2015, p. 1-16.

_____. “Sem história não há pátria!”: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de história. *Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: UFC; ANPUH Brasil, 2009, p. 1-9.

FERRARO, Juliana Ricarte. *Compêndio de História do Brasil*, de Borges Hermita: produção, editoração e circulação. *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: UFRN; ANPUH Brasil, 2013, p. 1-16.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

FONSECA, Selva Guimaraes. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: SIMAN, Lana Mara de C.; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 91-121.

GALETTI, Lyliá da Silva G. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Ed. UFMT; Entrelinhas, 2012.

GAMA, Luciana Coelho. *As vestimentas do mártir: as representações sobre Tiradentes em Joaquim Norberto de Souza Silva e Lúcio José dos Santos e a narrativa da nação no discurso didático*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O outro lado da moeda”. (2001, Rio de Janeiro, RJ). Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002, p. 107-134.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de Si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

HAAG, Carlos. Ciência para criar uma nação. *Pesquisa Fapesp*. São Paulo, n. 195, p. 74-79, mai. 2012.

HANSEN, Patrícia S. João Ribeiro e o Ensino da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar R. (Org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 45-65.

KURY, Lorelai. Marchar com fé. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2007.

IHGSP. Recepção e posse do General Rondon – discursos proferidos na sessão extraordinária de 25 de março de 1939. *Separata da Revista do IHGSP*. São Paulo, v. XXXVI, 1939.

LAPA, José Roberto do A. *Historiografia Brasileira Contemporânea* (A História em Questão). Petrópolis: Vozes, 1981.

LEOTTI, Odemar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LEÃO, Joel. A fotografia e o Cinema na Comissão das Linhas Telegráficas. *RIHGMT*. Cuiabá, n. 65, p. 69-76, 2007.

LIMA JUNIOR, Luiz Gustavo de Souza. *Por uma geodésia dos acontecimentos: a operação cartográfica na obra de Cândido Rondon (1890-1952)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Pacificador ou mediador?* Revista de História. Rio de Janeiro, set. 2007.

_____. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. No rastro do desconhecido. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2007.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: Educ; Fapesp, 1998.

_____. O sertão domesticado. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2007.

MAGALHÃES, Basílio de. Mato Grosso: de Pascoal Moreira Cabral a Cândido Rondon. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 206, p. 102-157, jan./mar. 1950.

MAGALHAES, Suzana Marly da Costa. Pedagogia do guerreiro. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2015.

MELO, Ciro Flávio C. B. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais de História na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MENDES, Luís César C.; RIBEIRO, Renilson Rosa. Fronteira e integração territorial na escrita da história didática oitocentista. *Clio. Série História do Nordeste*. Recife, v. 34, p. 73-95, 2016.

MENDES, Luís César C. “*Logo que o seu cofre proporcione esta despesa*”: A construção da narrativa didática nacional nos manuais de História do Brasil no Colégio Pedro II (1838-1898). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

MICELI, Paulo C. Uma pedagogia da História? In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. Ed. rev. e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009, p. 37-52.

_____. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos César (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto; Bragança Paulista: EDUSF, 1998, p. 271-296.

NADAI, Elza. O ensino de História: trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-62, set. 1992/ago. 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; EDUR; ANPUH Rio de Janeiro, 2011.

PINSKY, Jaime. Nação e ensino de história no Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 6 ed. São Paulo, Contexto, 1994, p. 12-22.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. *Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

Quem são os heróis e vilões de nossa história. *Revista de História*. Rio de Janeiro, jun. 2008.

REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã (A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos, 1931 a 1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos. O sistema de ensino ginásial e livros didáticos: Interpretações da Independência Brasileira de Joaquim Silva entre 1946 e 1961. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

- RIBEIRO, Renilson Rosa. *Colônia(s) de Identidade(s): Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- _____. *O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2015.
- _____. O saber em discurso, projetos e leis: A história ensinada no Brasil entre o II pós-guerra e a ditadura militar. *ETD – Educação Temática Digital*. Campinas, v. 04, n. 2, p. 17-34, jun. 2003.
- _____. Os superbrasileiros. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2008.
- _____. Representações Didáticas do Brasil Colonial. *ETD – Educação Temática Digital*. Campinas, v. 8, p. 53-68, 2007.
- ROMANCINI, Sonia R.; SILVA, Adriana da Mata; SOUZA, Josemara de Brito. Rondon e seus espaços na cidade contemporânea. *RIHGMT*. Cuiabá, n. 65, p. 95-101, 2007.
- RONDON, Candido Mariano da Silva; VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida: por Esther Viveiros*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.
- RONDON, Cândido. Militar; sertanista; ch.SPI 1910-1958. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RONDON,%20C%C3%A2ndido.pdf>> Acesso em: 5 set. 2016.
- SÁ, Luiza Vieira. *Rondon: o agente público e político*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA FILHO, João Bernardo. Os discursos verbais e iconográficos sobre os negros nos livros didáticos de História. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Cronologia de Rondon. *RIHGMT*. Cuiabá, n. 66, p. 11-36, 2007.
- SOUSA, Bernardino José. Saudação a Cândido Mariano da Silva Rondon. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 174, p. 863-865, 1939.
- TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon: etnografias fílmicas estratégicas*. Campinas: Papyrus, 2001.
- VITILLO, Walter. *Rondon, o desbravador do Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.

